

HISTÓRIA E MEMÓRIA: FUNDAÇÃO DO GINÁSIO CENECISTA DE RIO DO ANTÔNIO – BA, ENTRE OS ANOS 1970 a 1980

HISTORY AND MEMORY: FOUNDATION OF THE GYNASIO CINECISTA OFF RIO DO ANTÔNIO – BA, BETWEEN THE 1970'S AND THE 1980'S

Dilma Aparecida Santos Oliveira¹

RESUMO

O artigo visa entender a trajetória do primeiro Ginásio de Rio do Antônio, vinculado à trajetória da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) no município de Rio do Antônio - BA, entre os anos 1970 e 1980. Nosso objetivo é buscar compreender como se deu a fundação da instituição no contexto da realidade social e educacional de Rio do Antônio, naquela década, e, através das tramas políticas locais, analisar as dificuldades enfrentadas na administração municipal para implantação do referido Ginásio. Analisando a articulação política do professor Adelbardo Silveira no êxito da fundação do primeiro ginásio do município, buscamos entender a sua influência para o crescimento intelectual e cultural da cidade, enfatizando também a sua importância para a memória histórica da educação rioantoniense. No decorrer da pesquisa, selecionamos algumas fontes presentes na instituição que, através da investigação, nos deu vestígios de fatos. Nossa proposta é compreender quem foram os sujeitos que estiveram à frente da fundação. Durante a pesquisa, foi observado os inúmeros esforços para a constituição de uma instituição frente a um atraso na instalação do setor e buscou-se, também, compreender o porquê desse "atraso". Assim, analisamos a história da CNEC no seu viés comunitário, mas também em relação às estratégias políticas no poder eleitoreiro das regiões interioranas.

Palavras-chave: Rio do Antônio. Escola Cenecista. História da Educação.

ABSTRACT

The article aims to understand the trajectory of the first Gym in Rio do Antônio, linked to the trajectory of the National Campaign of Community Schools (CNEC) in the city of Rio do Antônio - BA, between the 1970s and 1980s. Our objective is to understand how the foundation of the institution in the context of the social and educational reality of Rio do Antônio, in that decade, and, through the local political plots, analyze the difficulties faced in the municipal administration for the implantation of the referred Gym. Analyzing the political articulation of professor Adelbardo Silveira in the successful foundation of the first gymnasium in the city, we seek to understand its influence on the intellectual and cultural growth of the city, also emphasizing its importance for the historical memory of education in Rio de Janeiro. During the research, we selected some sources present in the institution that, through the investigation, gave us traces of facts. Our proposal is to understand who were the subjects who were in charge of the foundation. During the research, it was observed the countless efforts to set up an institution in the face of a delay in the installation of the sector and it was also sought to understand the reason for this "delay". Thus, we analyze the history of CNEC in its community bias, but also in relation to political strategies in the electoral power of the interior regions.

Keywords: Escola Cenecista, História da Educação, Rio do Antônio.

1. A Escola enquanto tema

A historiografia passou por profundas mudanças, principalmente na segunda metade do século XX. Essas transformações possibilitaram que a escrita da história e o saber histórico dessem voz aos indivíduos, aos grupos e às temáticas que, até então, eram simplesmente silenciados pela historiografia. Partindo dos estudos de Jurandir Malerba (2016), essa é uma historiografia que se preocupa com as abordagens culturais e com o cotidiano de sujeitos sociais. E a partir dos 1980 é que vimos um crescimento das pesquisas no campo dos estudos de instituições escolares, a Nova História Cultural permitiu tamanha “consagração”. A historiografia do século XX nos permite refletir sob uma ótica que até então não era valorizada e, nesse contexto, a História da Educação também se constitui enquanto campo de pesquisa, debatendo seus fenômenos através de questionamentos nunca antes postos em análise.

Hoje se tem a concepção, de acordo Pierre Nora (1993, p. 9), de “que a história é a representação sempre problemática e incompleta do que aconteceu”. Entretanto, nem sempre foi assim, pois quando o saber científico reinava com o positivismo, a escola metódica acreditava que o objetivo primordial na escrita da história seria o encontro da verdade absoluta e que essa verdade estava presente em documentos oficiais. O historiador deveria trazer os fatos com neutralidade à pesquisa historiográfica. Era a historiografia que privilegiava os grandes feitos e os heróis da história. Nessa perspectiva, não havia espaço para mulheres, negros, camponeses, crianças ou temáticas como as escolas.

O presente artigo traz uma discussão que reafirma toda essa concepção sobre a maneira de escrever a história. De acordo com Lucien Febvre (1998, p.48) “toda história é filha do seu tempo” e graças à Escola dos Annales, à ampliação das fontes e à noção de documentos, é que as temáticas que antes jamais fariam parte das abordagens historiográficas hoje ganham destaque nas academias. A exemplo disso temos a História da Educação que também pode e deve construir suas ações, arranjos e narrativas de sujeitos que nunca foram centro de abordagens hoje têm espaço na produção de conhecimento e do saber histórico.

Foi nessa perspectiva que este estudo procurou fazer um levantamento bibliográfico acerca das instituições ginasiais da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC para fundação do Ginásio de Rio do Antônio. Partindo do pressuposto de que a história e a memória de uma instituição se fazem presentes na construção do futuro, na presente pesquisa resgatamos essas memórias da época de fundação do Ginásio, ocorrida em abril de 1971.

A Campanha das Escolas da Comunidades – CNEC é uma rede brasileira de educação que atende desde a pré-escola até a pós-graduação. Teve como fundador Felipe Tiago Gomes, em 1943. No período de atuação do seu fundador, a CNEC teve a influência de personagens importantes da política e se desenvolve com um ideal comunitário ligado a filantropia, embora tem em sua trajetória a presença do Estado.

Quando remetemos a pesquisa a uma análise política riodoantoniense, recorreremos a Adelbardo Silveira que criou vias estratégicas para fundação do Ginásio, registradas na sua biografia. Como norteador do caminho para fundamentar o conceito de memória, utilizamos os trabalhos de Menezes (1992, p.9), pois ele afirma que “o tema de memória está em voga, hoje mais que nunca. Fala-se de memória da mulher, do negro, do oprimido, das greves do ABC, memória da cidade, do bairro, da escola (...)” e levantar as memórias de fundação do primeiro Ginásio de Rio do Antônio é construir suas narrativas históricas e levar a história da primeira instituição ginasial, do referido município, para o mundo científico, devida a importância de sua contribuição para a memória da educação da região.

A pesquisa referencia-se, ainda, em obras de Carlos Fico (2004) e Genilson Silva (2017) acerca do contexto histórico da Ditadura Militar no país durante as décadas de 1960 e 1970. Os autores Florestan Fernandes (1966) e Dermeval Saviani (1997) também serviram de alicerce para compreender sobre o processo educacional no Brasil no período da redemocratização. Para análise sobre trabalhos que debatem a fundação de ginásios Cenecistas, debruçamo-nos sobre Veruska Azevedo (2007), Arthur Lima (2015) e Ronalda Silva (2003) com as suas pesquisas pioneiras sobre a Educação Cenecista trazendo contribuições voltadas para a

Educação Comunitária no contexto da década de 1970. Indagações e contribuições de suma importância para compreensão do ideal Cenequista que foram bases para esta investigação.

Para a pesquisa de campo, foram feitos levantamentos de documentos do acervo da escola, ativa atualmente com o nome de Centro Educacional Florindo Silveira, tais como: atas escolares; contratos de professores; livros e fotografias. Além disso, realizamos uma análise da biografia do professor fundador do Ginásio intitulada *Minhas memórias – antes que seja tarde* (2013). Portanto, o procedimento utilizado para coleta de dados foi a utilização de fontes documentais, por meio de uma análise minuciosa, que permitiram descobertas para construção dessa narrativa histórica.

No município de Rio do Antônio há um trabalho de pesquisa, em que a autora Patrícia Oliveira (2016) problematiza as tramas políticas locais na emancipação do referido município, mesmo sem tratar diretamente sobre educação. Ao me debruçar sobre os estudos que ela aborda, me senti cativada pela abordagem da temática deixando com mais empenho na investigação da História da Educação riodoantoniense com o intuito de apresentar ao mundo científico a contribuição da fundação do Ginásio de Rio do Antônio como referência aos seus munícipes, assim como para todos que se interessam pelo campo da história da educação no geral.

2. O comunitaríssimo cenequista (1943 – 1985)

Diante das análises de pesquisas realizadas sobre a Campanha Nacional das Escolas da Comunidade - CNEC, nos é norteador algumas questões importantes sobre o que seria de fato o ideal Cenequista mediante sua proposta de educação comunitária e como funcionava sua organização.

Segundo Ronalda Silva (2003), a Campanha constituía-se por diversos membros e, de maneira geral, os cargos eram ocupados por pessoas influentes, principalmente políticos. A instituição estava organizada da seguinte forma: Presidência Nacional, Diretoria Nacional e membros que constituíam uma espécie de Conselho. Em nível regional existia o Setor Estadual e o Setor Local, sendo, o

último, composto por membros da Comunidade onde a CNEC atuava com profissionais de maneira voluntária.

Dessa forma, buscamos analisar a articulação das finalidades e ações da CNEC com a política desenvolvimentista por ser considerada um fator para sua expansão, tendo o financiamento do Estado. A CNEC cria metas de crescimentos como um planejamento estratégico da organização por traz de seu "Ideal Comunitário" e, diante disso, é possível compreender que a Rede da Campanha se estende por meio de parcerias de Agentes Políticos influentes, fazendo com que a CNEC passe a ter o auxílio de provimento de verbas para a instituição.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que o discurso trazido pela CNEC contrapõe a ideia de educação comunitária, visto que o que se acontece durante décadas de sua trajetória é a busca incessante por subsídios do Governo Federal, permitindo que a instituição crescesse, gerando um paradoxo em relação a todo discurso e apelo pela união da comunidade para suprir a ausência do Estado.

A Campanha Nacional das Escolas da Comunidade foi fundada pelo professor Felipe Thiago Gomes em parceria com colegas da faculdade de Direito de Recife, no ano de 1943. Os fundadores da CNEC acreditavam em uma sociedade que seria transformada pela educação. Vivendo em um contexto marcado pela desigualdade social em que a educação era artigo de luxo, que somente as famílias de poder aquisitivo tinham acesso, o professor Felipe Thiago Gomes e seus "discípulos" defendiam a democratização do ensino público de qualidade para todos. Assim, se dedicaram para implantação de ginásios, atualmente nomeado de Ensino Fundamental, por diversos estados do país e, mesmo em meio a tantas dificuldades, seguiram com seus ideais na luta.

Nesta fase, conforme afirma Ronalda Silva (2003, p.119), a Campanha se manifestou de forma mais evidente e elaborada a fundamentação de suas atividades pautadas no tema de comunidade com uma maior diversificação, relacionadas com a formação para o trabalho, na perspectiva da política governamental. A autora ainda destaca que, em um congresso realizado em 1976, o administrador de uma sessão do Ceará fez uma análise da trajetória da

Campanha, na qual vale a pena destacar alguns aspectos com relação ao seu ingresso na entidade:

[...] porque o que me chamou atenção na Campanha não foi essa gratuidade, porquanto achava essa gratuidade universal e utópica [...] o que me empolgou foi exatamente essa distinção, esse posicionamento de meio: um movimento que não tinha o azinhave de escola particular, mas também não o viés de escola pública. (MELO, 1976 apud SILVA, 2003, p. 119).

Diante do discurso do professor é possível analisar que a Campanha estava longe de ser pontuada como escola gratuita, mas que ocupava uma posição de meio, nem sendo totalmente particular, nem gratuita. Este foi um dos fatores principais para seu crescimento, o apoio do Estado evidenciando uma espécie de lucro, seja financeiro e político, tendo em vista os nomes influentes da política na administração dos setores. Considerando os lucros que a Campanha recebia, de fato nesse contexto da década de 1970, houve um crescimento considerável no número de fundações dos setores. Nessa perspectiva, é visível a preocupação em manter essa meta de expansão e umas das questões que mais eram abordadas nos congressos, segundo Ronalda Silva (2003), é justamente o discurso de ampliação da rede oficial com o apoio do poder público, no intuito de impedir a criação de escolas oficiais superpondo-se à área de influência da Campanha.

A pesquisadora Ronalda Silva (2003, p. 120) aponta um documento encaminhado pelo professor Christiano Dias Lopes ao XXV Congresso Ordinário da CNEC em 1979, afirmando que:

Não se compreende a superposição de gastos na educação como é o caso da criação de unidades de ensino público em comunidades já atendidas pela Campanha, como também não se compreende a política de encampação, sabendo-se que o ensino por conta do Estado é muito mais caro do que o ministrado em regime de cooperação com a iniciativa privada. Pior ainda é o estrangulamento pelo sufoco financeiro. Sempre defendemos a tese de que o Estado deveria criar condições para que a Campanha se tornasse cada vez mais uma linha auxiliar do governo no esforço global em favor da educação (LOPES, 1979 apud SILVA, 2003, p. 120).

Neste documento, enviado aos congressistas, podemos analisar qual era a proposta da CNEC, principalmente no quesito de aproximar as relações nas estruturas administrativas públicas para que o governo desse o apoio financeiro para sua existência em regime de iniciativa privada. O que Silva (2003, p.128) destaca é de suma importância na compreensão da proposta da CNEC, principalmente quando o Estado investe na construção de novas escolas públicas gerando preocupação da Rede da Campanha perder seu posto para a Educação pública.

Silva (2003) ainda afirma que, são várias soluções apontadas na perspectiva de se obter maior volume de recursos. Uma das propostas seria oferecer um ensino de melhor qualidade para aqueles que não estivessem em "estágio extremo de carência e que desejassem mais ênfase no ensino" (Anais do XXVII Congresso Nacional da CNEC, 1981, p.48), pois o cuidado com o ensino atrairia uma clientela com maior poder aquisitivo. Dentre as propostas, estava a de maior atuação no ensino pré-escolar, de acordo com as Diretrizes da Fundação Mobral, aumentando as alternativas de uma escola diversificada em suas atividades. Essa era uma atividade do desenvolvimento de comunidade (DC) que se assemelha às missões rurais na década de 1950. As propostas de escola produtiva se elaboravam cada vez mais e a Campanha realizou o Programa de Artesanato das escolas da Comunidade (PAEC), pretendendo realizar, também, projetos que envolvessem hortas e pomares comunitários.

Assim, o objetivo da CNEC era ampliar sua atuação assumindo um papel mais dinâmico, versátil, atuando não só no campo da educação, mas na saúde, alimentação, artesanato, creches e também na política. Dessa forma, foram elaborados planejamentos futuros para que a Campanha conseguisse ser o diferencial na oferta de serviços, almejando uma estrutura de poder forte. A CNEC tem seu momento de prosperidade, conforme aponta os estudos de Ronalda Silva, quando:

[...] a participação do Estado aumentou após a nomeação do presidente Juscelino Kubitschek, havendo maior expansão da instituição. [...] a maior extensão da Campanha se dá nesse governo,

com uma taxa de crescimento de matrícula na ordem de 232% e de escolas na ordem de 249%. [...] a contribuição do governo ocorreu, sobretudo com a construção de prédios para as escolas da Campanha. (SILVA, 2003, p.105).

Diante disso, historicamente a Campanha da Escola da Comunidade impõe modificações e elaboram propostas de atividades estratégicas ao contexto que ela está inserida, visando a permanência da rede. O que faz ela reelaborar projetos de modernização, sendo que seu discurso seria de abrangência de políticas que visariam dar assistência às políticas sociais e educacionais da comunidade, mas o que na verdade não passava de interesses individuais com propósito de lucro e permanência da instituição.

Ronalda Silva (2003) relata que, após a segunda guerra mundial, com a derrubada do Estado Novo, o processo de alfabetização de jovens era o mais viável para a redemocratização, pois a educação seria a tática para o desenvolvimento e progresso do país. Conforme Paiva (1990), a autora Ronalda Silva (2003), diz que a educação seria uma estratégia para cumprir novos objetivos políticos. E esse empurrão pela educação surge com o fortalecimento das ideias de democracia liberal, pois acreditava-se que, pela educação, a sociedade se tornaria mais democrática. É importante analisar que, todas as campanhas que propagavam a expansão da educação ganharam forças em várias regiões e se consolidam principalmente pelas redes filantrópicas. Segundo a autora:

[...] a filantropia obteve concessão pela nova Constituição brasileira, tendo presentes os interesses e a força dos responsáveis pelo setor social. Porém, afirma Bernadete Uhle (1992, p. 167), ela tem sua própria lógica e atende a interesses específicos ligados à manutenção da ordem, os quais nem sempre coincidem com os interesses dos seus assistidos. Fatores como autonomia e liberdade, básicos na construção de uma sociedade justa e que tenha como fundamento a cidadania, não convivem com o assistencialismo e a filantropia. (SILVA, 2003 p. 88).

E dessa forma, entende que, mesmo afirmando em seu discurso como uma instituição sem fins-lucrativos de interesse público vê-se que o principal opositor da escola pública tem sido as instituições filantrópicas e/ou confessionais. Bernadete

Uhle (1992), busca compreender a área da filantropia, setor que, na sua opinião, não se confunde com o jurídico ou com o econômico, mas que cria sua própria economia. O que de fato interessava a essas instituições era deixar uma margem ao mercado controlando as formas do liberalismo e pouco se importavam em combater as desigualdades sociais.

Nessa perspectiva da pesquisa, abordamos a inscrição da educação na área do assistencialismo social que, segundo Dermeval Saviani (1997, p. 161), “a impressão que fica é que a solução das questões educacionais, em lugar e dever do estado como está escrito em nossa Constituição, [...] ao invés de responsabilidade pública, era considerado assunto da alçada da filantropia. ”

3. Relação entre a fundação do Primeiro Ginásio de Rio do Antônio com a CNEC

Na fundação do Ginásio de Rio do Antônio a primeira reunião com a comunidade foi pontuada pelo professor Adelbardo Silveira sobre a necessidade de haver um bom número de associados para manutenção do ginásio. Como tudo era feito de doações, foi solicitado à câmara de vereadores a doação de uma área territorial para construção de salas para funcionamento do ginásio. Como pontuado por Ronalda Silva (2003), naquela instância do setor local já existia a ação comunitária, já que, alguns dos professores, eram os próprios fundadores do setor administrativo ou sócios da campanha, trabalhando de forma voluntaria, o que não quer dizer que na Diretoria Nacional da Campanha não existisse recursos para se manter.

É fato que o primeiro a levar a comunidade de Rio do Antônio à possibilidade e ao desejo de implantar o ginásio foi o Professor Deba, que também era político no município e tal engajamento na política foi importante para estabelecer os contatos necessários para a implantação da instituição. O que Ronalda Silva (2003) pontua em suas pesquisas sobre a Educação Comunitária é que um dos fatores para expansão da Campanha, nesse momento, foi o apoio do Estado somado aos interesses políticos eleitoreiros, já que a intenção dos pais de alunos era matricular

seus filhos em estabelecimentos educacionais oficiais, visto que, devido à pobreza nas cidades do interior, lhes faltavam recursos para educar seus filhos nas capitais.

Outro ponto destacado por Silva (2003) trata-se da promoção pessoal que, com vistas aos processos eleitorais, os deputados, prefeitos e vereadores se demonstravam interessados toda vez que havia a oportunidade de construção de um ginásio, pois traria uma satisfação para a comunidade, uma oportunidade de conseguir algo para seus estabelecimentos do eleitorado. Com interesses políticos ou não, o que podemos analisar é que a implantação dos ginásios cenequistas trouxeram para muitos municípios do interior a primeira oportunidade de acesso ao ginasial tão sonhado por muitos.

Nessa perspectiva, é possível compreender que políticos locais tenham o interesse nas articulações para instalações do Setor em suas comunidades, já que essas estratégias políticas são meios frutíferos na busca de aprovações e recebimentos de votos pelos munícipes. Através desta pesquisa, podemos interpretar que, visto toda a articulação política de Alderbado Silveira, seu interesse tenha sido pelo viés político vinculado ao município de Rio do Antônio, já que ele havia se candidatado ao pleito de prefeito e as articulações, nesse porte, trariam maior reconhecimento da comunidade.

Em meados de 1971, período datado da fundação do setor da Campanha em Rio do Antônio, a autora Ronalda Silva (2003) nos apresenta que a CNEC estava em uma fase elaborada, suas atividades fundamentadas e também na perspectiva da política governamental mais estratégica. Motivo no qual levou a Campanha a elaborar um documento intitulado *Exposição de motivos ao ministro da Educação e Cultura* cujo interesse era dialogar sobre os investimentos de recursos públicos na CNEC e objetivo era atender às propostas da política educacional implementada no Regime Militar com a vantagem de sua rede de 1.224 escolas em 984 municípios visando se inserir nas pequenas cidades onde estavam localizadas as populações de baixa renda. A fundação do setor no município de Rio do Antônio se encaixa nesse modelo idealista da CNEC, estratégico e com um viés político. A campanha existia com natureza filantrópica, mas, neste contexto da década de 1970, ela visa

também o lucro que suas futuras instalações proporcionariam e esse lucro se refere ao poder político regional e estadual. Como pontua Silva:

[...] disputas políticas pelo mando dos ginásios, a degola de presidentes de setores e, as vezes, até estaduais, pela força da politicagem, por imposições dos donos de verbas. Isso aconteceu a largas, aqui e ali, e ainda persiste, porque política é política. (SILVA, 2003, p. 123).

A fundação do ginásio de Rio do Antônio, então, não deixa de ser uma articulação política de Aderbaldo Silveira que deixa nítido, em sua biografia, a articulação com professores influentes em Salvador e contatos com deputados para garantia da fundação do Setor, relações políticas articuladas de suma importância para fundação e manutenção do Setor em Rio do Antônio por mais de 10 (dez) anos. O professor Aderbaldo assume a presidência da instituição por todo período que o setor é ativo enquanto CNEC.

4. Rio do Antônio - Bahia

Rio do Antônio é um município brasileiro no sudoeste da Bahia que localiza-se na zona da Serra Geral, microrregião de Brumado. Limita-se com os municípios de Maetinga, Jânio Quadros e Guajeru, a norte, com Lagoa Real, a leste com Brumado e Malhada de Pedras, e a oeste com Ibiassucê e Caculé. Uma distância de 717 quilômetros de Salvador. A população do município foi estimada pelo último censo, 15.720 habitantes. O município de Rio do Antônio é formado atualmente por dois distritos: Ibitira e Umbaúba.

De acordo com as memórias registradas na biografia do professor Adelbardo Silveira, Rio do Antônio surge com casas construídas em torno de uma Capela, que é construída após uma promessa, feita a Nossa Senhora do Livramento (atual padroeira da cidade), de construir uma Capela se os filhos do vilarejo não fossem recrutados para a Guerra do Paraguai. A Guerra terminou em 1870 e, em 2 de fevereiro de 1874, inaugurou-se a capelinha e em torno dela cresceu a povoação de Rio do Antônio. Seu nome se justifica na história de um dos primeiros habitantes da terra, seu Antônio Cunha, figura que tinha grandes propriedades de terra

vizinhas ao rio em meados de 1874. Na memória dos moradores de Rio do Antônio, é presente que o Senhor Antônio Cunha se apresentou voluntariamente com mais trezentos escravos da região para a guerra do Paraguai, com a promessa de receber, após a volta, a patente de Capitão. Mas, com o fim da guerra, nenhum deles voltaram. O nome do município seria uma homenagem ao rio e ao senhor Antônio [Rio do Antônio] que deixou seus entes na região.

Segundo Silveira (2013), era evidente que a vida política local, a partir da emancipação, teria feito os ânimos partidários crescerem, provocando, como em todo o estado, os grandes embates naquele contexto histórico, entre o Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UND). As circunstâncias e o amor à “terrinha” levaram Silveira (2013) a aceitar a candidatura de primeiro prefeito de Rio do Antônio, conforme relato:

Hoje eu tenho certeza que meu Adversário Armindo Pinheiro (que ganhou a eleição na época) se deixou levar pela louvável fidelidade a suas origens (ele era de Ibiassucê-BA) e a sua posição política em Ibitira. Tenho bons motivos que me levaram a candidatar a prefeito, tudo em nome do desejo de que minha terra desenvolvesse. Estava eu indo dar aula de Ed. Física em Caculé no mesmo dia que saiu no Diário do Estado a emancipação de Rio do Antônio, encontrei o líder político de Ibitira, Armindo. Perguntei a ele o que lhe trazia ali tão cedo, e como havia recebido a notícia da criação do município de Rio do Antônio, ao que me respondeu que havia recebido com muito desagrado, porque queria que Ibitira fosse integrada ao município também recém-criado em 1962, Ibiassucê, tanto que estava ali para telegrafar a Miguel Fernandes, para desfazer a lei publicada no Diário Oficial. Fiz ver a ele o risco que a emancipação corria se a lei fosse desfeita. Embora, graças a Deus, o seu desejo não foi possível. A sua posição política e as amarguras quanto a emancipação de Rio do Antônio, por não ser de sua vontade que Ibitira pertencesse a sede de Rio do Antônio pode ser vestígios da grande rivalidade existente até os dias atuais entre Rio do Antônio e Ibitira. E mesmo assim, ele apresentou-se como candidato a prefeito nas eleições que ainda ocorreria em outubro daquele ano de 1962, considerei um contrassenso, já que Rio do Antônio não servia para ser sede do Município, também não serviria para que ele fosse prefeito. Tal atitude me deixou indignado, o que me levou a aceitar uma candidatura, pela UDN com a finalidade também de garantir Rio do Antônio sede do município. Perdemos a eleição, durante a gestão também perdemos a oportunidade de instalar o primeiro ginásio do município e tantos outros investimentos, mas conseguimos construir uma estrutura de proteção que muito valeu. Essa estrutura era formada, pela maioria coerente da opinião pública e também pela

grande parte do legislativo para futuras vitórias (SILVEIRA, 2013 p. 97-98).

O que percebemos é que as tramas políticas locais de Rio do Antônio ferveram os ânimos naquela década pós emancipação política. De fato, o professor Deba almejava o pleito de prefeito do município recém-emancipado e, segundo ele, foi principalmente motivado pelo fato de tanto desejar que Rio do Antônio conseguisse ser independente, ter seu desenvolvimento educacional e cultural e que seus filhos pudessem viver e construir suas famílias por lá.

Silveira (2013) pontua sua indignação diante do seu opositor, Armindo Pinheiro, que recebe a notícia da emancipação como algo ruim e, mesmo assim, resolve concorrer às eleições. Para Aderbaldo era incoerência alguém dizer contra a emancipação e concorrer ao pleito da prefeitura, já que era nítido que uma gestão insatisfeita com a sede do município não iria trabalhar para o progresso dessa comunidade. Mas, mesmo diante tal situação, Armindo Pinheiro é eleito o primeiro prefeito de Rio do Antônio.

Através da biografia de Alderbardo Silveira (2013), é possível analisar, diante seu discurso pela corrida eleitoral do município de Rio do Antônio em 1963, que, Deba se candidata pelo partido da União Democrática Nacional (UDN).

Diante dos quatro anos (1964 – 1968) de gestão administrado pela oposição política de Deba, sua procura pela instalação do setor da CNEC na educação de Rio do Antônio não teve respaldo e a construção do primeiro ginásio vinculado à Rede, tão almejada pelo político Adelbardo, foi negada pelo então prefeito Armindo Pinheiro. Outras propostas também foram barradas, caracterizando tempos difíceis para o município, mas que fez Deba articular seus planejamentos para a próxima caminhada política e, com o apoio da comunidade, foram mais 4 anos de articulações políticas levando a concorrer a futura eleição, o tornando vencedor da campanha em 03 de outubro de 1969.

5. Contexto histórico no qual a Escola foi fundada – 1970: panorama geral

Neste contexto o Brasil, na década de 1970, período em que foi fundado o Ginásio de Rio do Antônio, o Brasil vivia sob o domínio político da ditadura civil

militar pelo regime militar mergulhado no período mais crítico do regime, com o fortalecimento dos Atos Institucionais. A educação do país estava sendo transformada conforme os ideais da Ditadura Militar, pois o governo deu início a um grande programa de incentivo às privatizações da educação e aqueles que enfrentavam e defendiam com ideais de militância, a favor da escola pública e contra o autoritarismo do regime, eram perseguidos, presos e exilados.

A economia do país no zero, mas a imprensa produzindo uma versão de otimismo ao dizer que o país estava melhor sob comando dos militares. O auge da cassação de direitos, ameaças as produções artísticas, violência explícita a grupos de oposição registravam a primeira metade da década de 1970. A educação brasileira, com altos índices de analfabetismo, Segundo Genilson Silva (2017), gerou muitas mudanças em termos educacionais, principalmente quando o país recebeu pressão do processo de redemocratização.

É implantado, então, um grande programa de Alfabetização em todo o território brasileiro através do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF, além da intensificação de ideais de privatização da educação. É nesse momento que a discussão acerca de privatizações se amplia e surge uma crescente divulgação de cursos particulares para o ingresso em faculdades, pois a grande mídia trabalhasse em uma propaganda de exaltação do país, como por exemplo, o Milagre Econômico, que o Brasil estava desenvolvendo.

A década de 1970 traz à tona discussões sobre a escola pública, embora o regime sempre aplacava discussões críticas à política educacional vigente na época, pois o interesse era dar incentivo para a esfera privada. É então que os defensores da escola pública surgem com as lutas sociais que concretizam esses debates, de acordo com a afirmação de Silva:

Um outro momento dentro dos anos de 1970 se descortina, provocando rupturas, bem como organização da sociedade civil em seus diversos segmentos como trabalhadores, mulheres e negros, responsáveis pela implantação das lutas de redemocratização do país. A possibilidade de redemocratização do Brasil no final do decênio provoca o restabelecimento da luta em defesa da educação pública em consonância com os estudos e debates acerca das condições socioculturais dos negros brasileiros. Esse restabelecimento marcará

os períodos vindouros no campo da educação nas próximas décadas. (SILVA, 2017 p.104).

Diante disso, vê-se uma abertura nos debates acerca da educação com temáticas importantes sendo pautadas. São pequenas organizações que surgem através do fortalecimento de comunidades que “gritam” as desigualdades sociais mascaradas pela grande mídia. A análise dos desdobramentos dessa década é relevante, pois é perceptível que, mesmo diante de imposições políticas e econômicas, há uma abertura para o debate de redemocratização presente na História da Educação Brasileira que explica todas as conquistas das próximas décadas.

Segundo Araújo (2003), o surgimento de movimentos de minorias políticas articulados na década de 1970 apontam a busca de caminhos alternativos para a transformação social e fizeram a cena da política de esquerda se renovar ganhando, naquele contexto, novos contornos. Uma experiência, portanto, de uma esquerda que buscava naquela época ser revolucionária e alternativa. Para Araújo (2003), a década emerge expressões importantes que refletem nas demais décadas. A exemplo da *Imprensa Feminista e a Negra*, representando, durante a década de 70 do século passado, um dos principais espaços onde se tentou formular e construir uma concepção muito particular da política de minorias. Assim como os jornais ligados às diversas correntes do movimento negro, representando um renascer após décadas seguintes das repressões indiscriminadas dos primeiros anos do regime militar.

Pode-se afirmar, enfim, que a década de 1970, mais precisamente na sua segunda metade, foi marcada por sua forte expressão nos movimentos sociais, suas lutas travadas de vários setores em oposição ao regime Militar, aberturas de suma importância através da discussão de ideias de cultura política, valorizando grupos, movimentos, associações, organizações e partidos, revelando a riqueza dos seus debates e afrontamentos contra grupos autoritários.

6. Tecendo histórias: Ginásio de Rio do Antônio - BA

Nove anos pós emancipação política de Rio do Antônio, a população ainda sonhava com a fundação de um ginásio. O município, de uma economia de subsistência da agricultura e da pecuária, tinha uma população que ansiava por uma escola pública, já que o acesso era difícil, pouquíssimos jovens que tinham condições se deslocam para cidades vizinhas. Mediante a deficiência educacional de Rio do Antônio, Adelbardo Silveira havia desde a emancipação política do município, realizado tentativas de implantação do ginásio, mas não encontrava respaldo na administração local.

O professor Deba, como era conhecido, sabia que a população de Rio do Antônio estava crescendo e o desenvolvimento viria a partir da educação dos rioantonienses. Sem uma escola que pudesse ofertar o ginasial, ele articulava a implantação de um setor das Campanha das Escolas da Comunidade, conforme pontua:

No meado da década de 1960, o Dr. Luís de Souza, então presidente da Diretoria Estadual da CNEC, querendo difundir o ideal do Dr. Felipe Tiago Gomes, iniciou a campanha de incentivo à criação de ginásios no interior do estado, de cuja oportunidade se valeram várias prefeituras de municípios de nossa região. Vendo que Rio do Antônio não havia tomado essa iniciativa, eu e mais dois jovens estudantes, resolvemos abri um curso gratuito para exame de admissão ao ginásio que funcionou na antiga sala do centro espírita, em pouco tempo, estávamos com 47 alunos aptos a se submeterem as provas, mas infelizmente, ao solicitarmos ao apoio da administração municipal, este nos foi negado o que nos levou a ficar mais 4 anos alimentando e renovando nosso sonho (SILVEIRA, 2013, p.126).

De fato, a história de fundação do ginásio de Rio do Antônio ganha forma através de planejamento por parte de um professor e também líder político regional. O sonho nasce através da militância na educação em que Adelbardo Silveira, professor em cidades vizinhas a Rio do Antônio, vendo que em sua terra natal isso ainda era distante, tenta articular seu planejamento de instalação do setor no município, ainda na década de 1960, antes de deter algum poder na administração local. É presente na sua biografia o interesse pela implantação do

curso ginásial no município, embora, de início não foi possível a instalação do Setor, devido à falta de articulação e aprovação da gestão que estava no poder naquele momento.

Mesmo assim, Adelbardo montou uma turma de alunos com seus colegas para preparação do Exame Admissional obrigatório para o acesso ao ginásio na esperança de conseguir implantar o setor o mais rápido, com seus futuros alunos já preparados para submeterem às provas, adiantando o processo de preparação dos alunos. É importante pontuar que, para ter o acesso ao Ginásio teria que o alunado já ter concluído a escola primária, que hoje corresponde ao ensino fundamental I, para, em seguida, ingressar no curso de Exame Admissional, concorrendo a uma vaga no Ginásio Cenequista.

Rio do Antônio dispunha de duas escolas vinculadas ao Estado, que garantia a demanda apenas do primário, elas foram implantadas após a emancipação do município em 1962. Denominadas de Escola Marechal Castelo Branco e Escola Conselheiro Luiz Viana.

É importante pontuar que os municípios vizinhos de Rio do Antônio, a exemplo de Ibiassucê, têm a instalação do setor Cenequista na década de 1960. Dessa forma, pode-se analisar que, questões política partidárias foram o estopim para o possível atraso do da implantação do ginásio Cenequista em Rio do Antônio.

7. O professor Adelbardo Silveira vence as eleições municipais e autoriza a construção do Ginásio

Somente em 1971, quando o professor Adelbardo Silveira venceu as eleições municipais e chegou ao pleito de prefeito de Rio do Antônio, e com finalmente o poder em suas mãos, é que acontece a autorização através de articulações pessoais com o presidente da CNEC em Salvador, para instalação do setor local da campanha.

O momento de reunir a comunidade de Rio do Antônio para explanação do que se tratava o Setor da CNEC, foram registrados em Ata, como podemos analisar a seguir:

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta, no prédio Escolar Conselheiro Luiz Viana, nesta cidade de Rio do Antônio, presente a maioria dos cidadãos desta comunidade teve lugar a Sessão Preliminar para a fundação do Setor Local da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade. Os trabalhos foram presididos pela professora Nilzete Borges Silveira, que após convidar os professores e autoridades presentes para compor a mesa, convidou a professora Juracy Gonçalves da Silva para servir como secretária da presente sessão. Imediatamente após procedeu-se a leitura do expediente que constou da relação de nomes de cento e quarenta pessoas convidadas para tomarem parte nesta sessão, ofícios dirigidos ao SR. Prefeito Municipal, ao SR. Presidente da câmara de vereadores e a todos os vereadores desse município; a Sr^a Delegada Escolar. Constou ainda do expediente a leitura de ofício dirigido ao professor Adelbardo Silveira pela delegada escolar deste município agradecendo o convite e cedendo as dependências do prédio escolar acima citado, para a realização do conclave e de cartas enviadas pelos senhores.

(Ata da reunião de Fundação do Ginásio de Rio do Antônio, realizada em 26 de maio de 1970).

Dessa forma, o professor Deba convoca uma reunião para apresentar à comunidade local a implantação do Ginásio no Município de Rio do Antônio e tal assembleia é marcada pela presença de cento e quarenta pessoas entre convidados e a comunidade rioantoniense. É importante pontuar o poder de articulação e interesse de reunir uma boa parcela da comunidade para a reunião. O conclave teve o objetivo de esclarecer a todos as finalidades da campanha e sua importância para o município. Convém destacar que o professor Deba articula também a presença de lideranças políticas regionais, já que, uma das principais finalidades daquele momento, era encontrar um bom número de sócios do setor, pois para implantação do ginásio seria necessário um número de pessoas para compor o quadro social do setor de Rio do Antônio.

O professor Aderbaldo usa algumas estratégias que segundo, Ronalda Silva (2003, p.11), eram comuns nas alternativas promissoras na implantação dos setores nos interiores dos estados, que era organizar em todos os níveis, esquemas de persuasão sobre lideranças políticas que possam ajudar na difusão da CNEC, assim como reunir o maior número de pessoas possíveis das localidades para apresentação do ideal cenicista comunitário e também eleger políticos que

defendam os interesses cenecistas. Assim, o ideal seria próspero em sua difusão. O que na verdade, a Campanha das Escolas da Comunidade era desenvolvido um processo educativo que tem, na comunidade, sua inspiração e continuidade. Defendo uma educação libertadora, democrática e acima de tudo, solidaria às comunidades que não tinham acesso ao ginásio a exemplo de Rio do Antônio que, segundo Ronalda Silva (2003, p.126), esse era um discurso que tinha como objetivo de defender a experiência que a Campanha realizava.

Mediante as análises de documentos para a pesquisa foi possível encontrar um projeto lei, na Câmara Legislativa de Rio do Antônio, com a solicitação do terreno para construção do Prédio Escolar, discorrendo o seguinte:

Projeto de lei número 24 de 19 de outubro de 1968, enviado a câmara pelo chefe do Executivo, acompanhado de exposição de motivos convincentes para doar ao Estado da Bahia uma área de terra com 50 m de Largura e 60 m de fundo. Totalizando 3000.00 metros ao quadrado para construção de um Prédio Escolar com duas salas de aula no Bairro do Umbuzeiro, sede deste município de Rio do Antônio. (Ata de reunião de Projetos de leis da câmara Municipal de Rio do Antônio - BA realizada em 28 de outubro de 1968).

O projeto é levado a Câmara em 1968, possibilitando perceber o poder de articulação de Adelbardo Silveira, já que não havia espaço para a construção do futuro prédio que ocuparia o Setor da CNEC em Rio do Antônio.

É importante pontuar, porém, que houve dificuldades na fundação, devido às questões políticas do município havendo atraso na implantação e dificultando o acesso de muitos cidadãos riontonienses ao ginásio. Somente em 1971, com o pleito de prefeito do município de Rio do Antônio, e com a maioria na câmara legislativa, foi realizado a segunda reunião como consta em Ata:

Aos quinze dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e um, às 11 horas realizou-se a sessão de Instalação do Setor Local de Rio do Antônio, da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade – CNEC, afim de criar um ginásio Cenecista nesta cidade. Presentes os representantes da Diretoria Estadual da CNEC, foram iniciados os trabalhos sendo presididos a mesa pelo Prof. Adelbardo Silveira, prefeito da localidade que após abrir a sessão, convidou vários cidadãos de Rio do Antônio para compô-la, e logo depois passou a

presidência da mesa a Prof^a Maria de Lourdes Soares – Administradora da CENEC, instalado o Setor Local de Rio do Antônio, com a presença de 74 sócios, procedeu-se a eleição da Diretoria do Conselho Local sendo eleitos os seguintes sócios: Presidente – Adelbardo Silveira, 1º vice presidente - Aloísio Moraes. (Ata de reunião da Instalação do Setor Local de Rio do Antônio da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade CENEC – Estado da Bahia realizada em 15 de abril de 1971).

Para ingresso no ginásio, foram aprovados no exame pré-admissional 43 alunos da antiga 5ª série e 14 alunos na turma da 6ª série. Assim, foi configurado o corpo docente com os primeiros professores do ginásio, conforme descritos no quadro a seguir:

Quadro 02: Corpo Docente do Setor CNEC de Rio do Antônio-Bahia, 15/04/1971

Prof.º	Carlos Guedes Dias
Prof. ^a	Dilma Silveira Mendes
Prof.º	João Batista Dias
Prof.º	José Aldemirço Lima
Prof. ^a	Maria Zélia Dias Alves
Prof. ^a	Juracy Gonçalves
Prof. ^a	Marieuze Amélia Santos
Prof.º	Getúlio Lino Brito
Prof. ^a	Benita Pereira
Prof. ^a	Maria das Graças Sepúlveda
Prof. ^a	Maria Aurea de Souza
Prof.º	Adelbardo Silveira

Fonte: SILVEIRA, 2013, p.131.

Muitos deles não lecionam mais, pois estão atualmente aposentados. Eles que eram responsáveis pela aplicação do Exame Admissão na seleção para ingressar no ginásio. A seleção de Admissão era uma forma de limitar a quantidade de alunos, pois as vagas eram poucas. A esse respeito, Ladeira (2009) pontua que, para ser admitido, o aluno tinha que ter um conhecimento globalizado para iniciar a sua 5ª

série que antigamente dava-se o nome de 1ª série ginásial. O exame de admissão era uma “peneira”. Os conteúdos cobrados eram Português, Matemática, História, Geografia e Ciências. Precisavam dominar os conteúdos para serem aprovados. Na primeira turma do Ginásio de Rio do Antônio não houve nenhuma dificuldade no exame, já que, parte dos alunos que fizeram, foram preparados algum tempo antes da fundação do Setor pelo Professor Deba. Mas, o que se deve destacar, é que essa primeira equipe de professores foi de suma importância para o funcionamento do setor recém instalado no município de Rio do Antônio.

Considerações Finais

Propor uma pesquisa que busca refletir e abrir debates acerca da trajetória da Campanha Nacional das Escolas da Comunidades - CNEC, na fundação do primeiro Ginásio de Rio do Antônio, leva a diversos caminhos, mas, de forma objetiva, a ideia foi desde o princípio trabalhar com a trajetória da instituição e a sua participação na história da educação de Rio do Antônio, assim como apontar quem eram os sujeitos que articularam para a fundação do setor.

O Ginásio de Rio do Antônio, hoje denominado de Centro Educacional Florindo Silveira, fundado em 1971 foi primeiro ginásio do município de Rio do Antônio Bahia implantado em um momento complexo na conjuntura política do Brasil, em meio ao processo ditatorial. Havia problemas financeiros na máquina pública principalmente naquela época em que os discursos eram a valorização da educação particular, já que a principal estratégia era colocar apenas a elite no ensino superior e em uma conjuntura que os cursinhos preparatórios cresceram bastante. Nesse mesmo contexto, a Campanha das Escolas da Comunidade – CNEC atingia um nível de organização e estruturação elaborada, na década de 1970. A CNEC, de certa forma, usufruía dessa conjuntura, pois o Estado não se mostrava de forma explícita privatista, mas o fato é que neste contexto, segundo Ronalda Silva (2003, p.165), a educação estava de certa forma inscrita na área do assistencialismo social, uma das formas de modificação dos esquemas de intervenção estatal nas políticas sociais e educacionais que passa a se dar em

função do poder diferencial das clientelas pela transferência de responsabilidade do Estado para a iniciativa privada, com o empenho de reduzir custos, encargos e investimentos públicos. Nesse contexto, estava a CNEC com esse mesmo viés de expandi sua rede por todo o país. Assim, a educação passou a ser uma esfera da filantropia, embora, para Ronalda Silva (2003), não podemos enxergar a Campanha das Escolas da Comunidade como filantrópica, já que havia pagamentos de sócios para sua manutenção.

Nessa perspectiva, podemos analisar que a CNEC se constrói com o suporte do Estado, se modela conforme as transformações ocorridas na história das políticas educacionais e inclusive quando o Estado adota as políticas neoliberais, ela reelabora suas atividades para concorrer com as instituições. Em toda a sua trajetória, como aponta Silva (2003), a instituição trabalha com o discurso de comunitarismo, mas em um eixo em que sua configuração de esforços é entre o público e o privado o que, para a autora, o comunitarismo é uma terceira via de escape para justificar determinados privilégios com relação ao acesso de recursos públicos. Dessa forma, percebe-se que o Estado sempre esteve presente na trajetória da CNEC.

Em se tratando da fundação do Setor da Campanha das Escolas da Comunidade em Rio do Antônio - Bahia, percebemos que Adelbardo Silveira, político local, foi quem dera os primeiros passos na articulação para implantação do setor no município e, antes mesmo da fundação, contou com mais dois outros jovens para abrir um curso gratuito para Exames de Admissão. Era comum que os articuladores de implantação dos setores da CNEC fossem políticos, principalmente em regiões do interior, pontua Ronalda Silva (2003, p. 160). Com isso, podemos analisar que ser o precursor na articulação para implantação de uma escola ginásial, em uma comunidade de educação que naquele contexto de necessidade, traria para Adelbardo grande valorização e aprovação da população. Essa foi, de certa forma, uma estratégia política inteligente para quem almejava permanecer no poder público por mais tempo. Sobre este aspecto, José Souza aponta que é possível analisar a relação da Campanha nas fundações de setores, com o poder público, visando certos interesses particulares, pois

Viam um instrumento de barganha da qual podiam usufruir ganhos políticos seja através do acesso a cargos e funções, seja fortalecendo suas bases eleitoreiras. E geral, os interesses a grupos políticos recaia sobre o setor local e sobre o Ginásio, pela possibilidade de angariar votos e manter o eleitorado "Satisfeito" e submisso. (SOUZA, 2002, p. 19).

Com a emancipação de Rio do Antônio, em 1963, o município dispunha apenas de escolas de ensino primário. Dessa forma, analisamos uma carência educacional naquele contexto, já que os alunos precisavam se deslocar da região assim que concluído o ensino primário. Este cenário sofreu mudanças com Aldelbardo na prefeitura, pois articulava diretamente com o presidente da CNEC, em Salvador, e a fundação chegou ao município como oportunidade para aqueles que ansiavam o ensino ginasial, mesmo sem ser totalmente gratuita.

O que podemos concluir é que, sem o ginásio, os alunos teriam que repetir o primário por vários anos, caso optassem por não parar de estudar, ou se deslocarem para outros municípios. Dessa forma, compreendemos que a CNEC foi uma alternativa para comunidades, sobretudo em Rio do Antônio, onde o poder público nunca dera antes assistência na construção de prédios escolares e/ou implantação do ensino totalmente gratuito. Naquele contexto, a parceria do Estado com a CNEC era bem-vinda no sentido de evitar menos gastos públicos e, devido os interesses políticos, a rede se ampliou ofertando ensino a muitos que não tinham acesso à educação dos 1º e 2º graus.

Através deste estudo, esperamos ter colaborado com informações e dados de forma significativa para a construção da história da educação de Rio do Antônio em parte, já que até aqui, nos propomos pesquisar apenas a trajetória do Ginásio. E, na oportunidade, esperamos abrir caminhos para as novas possibilidades de estudos nesta área.

Referências

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. 1. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

AZEVEDO, Veruska Karla. **A trajetória da Campanha Nacional de Escolas da Comunidades em Terras Capixabas (1948 – 1971)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Edição francesa: 1997, editor: Jorge Zahar. França. Ed. Brasileira: 2002, Rio de Janeiro.

CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO ANTÔNIO. Acervo da Câmara. **Ata da reunião de Projetos de leis da câmara Municipal de Rio do Antônio-BA realizada no dia 28 de outubro de 1968**. p. 23.

ESCOLA FLORINDO SILVEIRA. Arquivo escolar. **Ata da reunião de Sessão Preliminar para a fundação do Setor Local da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade realizada no dia 26 de abril de 1970**, p. 2-5.

FEVRE, Lucien. **O papel do historiador**. T. 4, n. 18, 1998, p. 48. Apud SILVA 2003.

FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p.29-60, 2004.

LADEIRA, A. C., **Esclarecimentos sobre o 5º ano admissional**. Unai - MG, 2010.

LOPES, Cristiano Dias. **Discurso proferido no XXV Congresso Ordinário da CNEC**, 1979 apud SILVA, 2003, p. 120.

MARLEBA, Jurandir. **A História escrita. Teoria e a História da historiografia**. Rio Grande do Sul, editora: prisms, 2016.

MENEZES, de Bezerra Ulpiano. A história cativa da memória? Revista. Estado Brasileiro. São Paulo, p.9. 1992.

MELO, Lúcio. Discurso proferido no XXII Congresso Ordinário da CNEC, 1976 apud SILVA, 2003, p. 119.

NORA, Pierre. **Ensaio de Ego-história**. Lisboa: Edições 70, 1993.

OLIVEIRA, Patricia. **A invenção da Identidade Ibitirense de cultura política no Alto Sertão da Bahia**. (Artigo de conclusão de curso de História – UNEB), Caetité, 2016.

PAIVA, Vanilda P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo, Loyola. 1990.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo, Cortez (Coleção Hoje e Amanhã). 1997.

SILVA, Genilson Ferreira da **O silêncio revelado: a educação pública, a educação privada e as questões raciais após a promulgação da 4.024/1961 (1961 – 1994)** Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia Salvador, 2017.

SILVA, Ronalda. **Educação Comunitária Além do Estado e do Mercado? A Experiência da Campanha Nacional das Escolas das Comunidades – CNEC (1985 – 1998)** editora: Autores Associados, Campinas, SP, 2003.

SILVEIRA, Adelbardo. **Minhas memórias – Antes que seja tarde**. (Biografia) Editora: Millennium. Montes Claros, 2013.

SOUZA FILHO, José Vicente de. **Demonstração do valor adicionado para universidades comunitárias e organizações do terceiro setor**. Cadernos da FACECA, Campinas, v. 11, n. 1, p. 19-32, jan./jun. 2002.

UHLE, Águeda Bernadete. **A Filantropia na Educação**. Educação e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 42, agosto, 1992.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS-UNEB). Licenciada em História pela Universidade do Estado da Bahia. Professora Auxiliar na Rede Municipal de Ensino de Ibiassucê-Bahia. Brasil. dilma.rda@hotmail.com. Orcid: 0000-0002-0410-3424.



<https://orcid.org/0000-0002-0410-3424>



<http://lattes.cnpq.br/5241712953132553>

Como citar:

OLIVEIRA, Dilma Aparecida Santos. História e memória: fundação do ginásio cenequista de Rio do Antônio – BA, entre os anos 1970 a 1980. *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino*, Caetité, BA, v. 1, n. 7, p. 115-139, jan./jun. 2021.